

# CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO – 2010/2011

## CONCESSIONÁRIAS

**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE LAGES**, CNPJ n. 82.790.312/0001-00, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). PEDRO ELOI BASSIN;

E

**SINCODIV -SINDICATO DOS CONCESSIONARIOS E DISTRIBUIDORES DE VEICULOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA**, CNPJ n. 78.492.931/0001-41, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). SERGIO RIBEIRO WERNER;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 1º de novembro de 2010 a 31 de outubro de 2011 e a data-base da categoria em 1º de novembro.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores em Concessionárias e Distribuidores de Veículos nos municípios de Lages, Otacílio Costa, Correia Pinto e São Joaquim**, com abrangência territorial em **Correia Pinto/SC, Lages/SC e Otacílio Costa/SC**

## **SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO**

### **PISO SALARIAL**

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL (SALÁRIO NORMATIVO)**

Fica garantido o Piso Salarial (Salário Normativo) da categoria, após 120 dias de trabalho na mesma empresa, assim distribuído:

- a) **R\$ 710,00** (setecentos e dez reais) para as funções de “auxiliar em oficina, funilaria, pintura e peças, manobrista, lavador de peças e de veículos, faxineiro, servente e Office-boy”;
- b) **R\$ 830,00** (oitocentos e trinta reais) para as demais funções.

### **REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**

#### **CLÁUSULA QUARTA - CORREÇÃO SALARIAL**

Os salários dos integrantes da categoria profissional serão reajustados em novembro de 2010 pela aplicação do percentual de **6,7% (seis inteiros e sete décimos por cento)**, a incidir sobre o salário devido em outubro de 2010, independentemente de faixa salarial, ou piso salarial, facultada a compensação de antecipações espontâneas concedidas pela empresa além daquelas previstas na Convenção anterior.

## **PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**

### **CLÁUSULA QUINTA - MORA SALARIAL**

A empresa pagará, em caso de mora salarial, ao empregado prejudicado, a variação do INPC-IBGE, no período do atraso, mais juros de 1% ao mês.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Se o pagamento do salário for feito com cheque, a empresa dará ao trabalhador o tempo necessário para descontá-lo no mesmo dia, sob pena do pagamento de mora prevista no "caput" desta cláusula.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**

### **CLÁUSULA SEXTA - GARANTIA SALARIAL AOS COMISSIONISTAS**

Aos empregados que percebam somente comissão, fica assegurado o Piso Salarial (normativo) da categoria. Para os empregados que percebam salário misto, isto é, parte fixa e parte variável, a correção salarial incidirá somente sobre a parte fixa.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS**

### **GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - QUEBRA-DE-CAIXA.**

Aos empregados que exerçam função de caixa ou cobrador, será paga uma gratificação mensal equivalente a **20% (vinte por cento)** do Piso Salarial (Salário Normativo) da categoria, a título de quebra-de-caixa.

### **ADICIONAL DE HORA-EXTRA**

#### **CLÁUSULA OITAVA - HORAS EXTRAORDINÁRIAS**

As horas extras serão remuneradas com adicional de **70% (setenta por cento)** a todos os empregados abrangidos por este instrumento.

### **ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO**

#### **CLÁUSULA NONA - GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO**

A cada oito anos de trabalho na mesma empresa o empregado receberá uma gratificação equivalente ao Piso Salarial da categoria, pagável no mês da aquisição do direito.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** qualquer alteração na estrutura jurídica da empresa que implique na mudança de razão social, sucessão ou transferência de controle acionário, além de baixa no contrato de trabalho na CTPS com readmissão em prazo igual ou inferior a 150 dias, não prejudicará o direito adquirido à vantagem instituída pela presente cláusula.

## **PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E/OU RESULTADOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS**

Fica mantida a distribuição de lucros de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas em instrumento que a regulamenta (ANEXO I).

### **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORNECIMENTO DE LANCHES**

Sempre que prestarem horas extras, os empregados receberão gratuitamente lanches, em

local adequado.

## **AUXÍLIO EDUCAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REEMBOLSO DE DESPESAS COM EDUCAÇÃO**

As empresas reembolsarão os seus empregados das despesas com material escolar e/ou uniformes, até o limite de **R\$ 220,00** (duzentos e vinte reais reais) por dependente matriculado em escola oficial, da 1ª à 8ª série (1º grau), com idade não superior a 14 anos, a ser pago em duas parcelas de R\$ 110,00 até a data limite de 10 de fevereiro/2011 e 10 de julho/2011. Ficam excluídos do presente reembolso, os dependentes que estiverem repetindo série. O empregado deve requerer o benefício até 30 dias antes, sob pena da perda do direito.

## **AUXÍLIO MORTE/FUNERAL**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AUXÍLIO FUNERAL**

Em caso de falecimento de funcionário, a empresa concederá auxílio funeral correspondente a um salário normativo à família deste, pago por ocasião da rescisão contratual.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES**

### **NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA**

O contrato de experiência fica suspenso durante o período de gozo do benefício previdenciário, completando-se o tempo nele previsto após o seu término.

## **AVISO PRÉVIO**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AVISO PRÉVIO**

O aviso prévio a ser concedido ao empregado que conte com mais oito anos de serviço, na mesma empresa, será de sessenta dias.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** No pedido de demissão com indenização do aviso prévio os dias correspondentes integrar-se-ão ao tempo de serviço para todos os efeitos legais.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES**

### **NORMAS DISCIPLINARES**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONFERÊNCIA DE CAIXA**

A conferência dos valores em caixa será realizada na presença do operador responsável. Quando este for impedido, pela empresa, de acompanhar a conferência, o caixa ou cobrador fica isento de responsabilidade por qualquer erro constatado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CHEQUES SEM FUNDOS OU COM PREENCHIMENTO IRREGULAR**

As empresas não descontarão da remuneração de seus empregados, as importâncias correspondentes a cheques sem fundo ou irregulares, por estes recebidos na função de caixa ou cobrador, desde que cumpridas as normas da empresa, que deverão ser estabelecidas previamente e por escrito.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS**

### **COMPENSAÇÃO DE JORNADA**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - HORÁRIO DE TRABALHO - REGIME DE COMPENSAÇÃO**

As empresas poderão exceder a fixação da jornada diária em até 48 minutos, para efeito de supressão ou redução do trabalho aos sábados, sem o pagamento de horas extras.

**Parágrafo primeiro:** Quando o trabalho exceder 44 horas semanais, as empresas poderão compensar o excesso de jornada até o final do mês subsequente ao da realização das horas extras.

**Parágrafo segundo:** A não compensação dentro do prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na obrigatoriedade do pagamento, até a data da quitação do salário do mês imediatamente posterior, das horas extras não compensadas, tendo como base de cálculo o salário do mês da sua realização.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - TRABALHO AOS DOMINGOS**

Fica estabelecido que as empresas poderão abrir seus estabelecimentos por até seis horas, no limite de até quatro domingos durante a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho. No domingo em que o empregado trabalhar, além do direito à folga compensatória (remunerada) de um dia, fará jus à ajuda de custo no valor de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), sem prejuízo da comissão devida sobre as vendas realizadas no dia. Havendo trabalho além do limite de quatro domingos, a ajuda de custo será de R\$ 50,00 (cinquenta reais), sem prejuízo dos demais benefícios previstos nesta cláusula.

**Parágrafo Primeiro:** A folga compensatória prevista no caput desta cláusula deverá ser concedida durante a semana que antecede ou sucede ao domingo trabalhado.

**Parágrafo segundo:** A empresa deverá comunicar com antecedência mínima de cinco dias a data em que exigirá trabalho aos domingos.

**Parágrafo terceiro:** Fica expressamente vedado o trabalho em feriados, mesmo que coincidente com domingo.

### **CONTROLE DA JORNADA**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - CONTROLE DO HORÁRIO DE TRABALHO**

É obrigatória a utilização de registro manual, mecânico ou eletrônico para o controle da jornada de trabalho, a fim de possibilitar o pagamento da totalidade das horas extras trabalhadas ou a dedução das horas correspondentes à faltas ou atrasos do funcionário, na data do pagamento do salário.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Ficam os empregados dispensados do registro relativo aos intervalos para repouso e alimentação, a critério do empregador.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os intervalos de quinze minutos para lanches não serão deduzidos da jornada diária de trabalho.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Chegando o empregado atrasado ao serviço e o empregador permitindo seu trabalho neste dia, fica proibido de descontar a importância relativa ao repouso semanal e ao feriado correspondente e fica facultado ao empregador descontar somente as horas do atraso, se estas forem injustificadas, na forma da lei.

## **FALTAS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - ABONO DE FALTA**

Fica estabelecido o abono das faltas ao trabalhador comerciário, no caso de consulta médica, para filho menor de seis anos, ou inválido, mediante comprovação por declaração médica, e ao empregado estudante ou vestibulando nos horários de prova/exame, desde que esteja matriculado/inscrito em estabelecimento oficial de ensino e desde que pré-avisado o empregador, por escrito, com antecedência mínima de 72 horas.

## **FÉRIAS E LICENÇAS**

### **REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CÁLCULO DE FÉRIAS, 13º SALÁRIO E RESCISÃO DOS COMISSIONISTAS**

As férias, 13º salário e rescisão de contrato de trabalho dos comissionistas serão pagos pela média das comissões dos últimos 12 (doze) meses, atualizadas, uma a uma, pelo INPC-IBGE do período. A empresa fará constar nos respectivos recibos ou relação anexa, o valor das últimas 12 (doze) remunerações recebidas pelo empregado.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR**

### **UNIFORME**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - UNIFORMES**

Os empregadores fornecerão gratuitamente os uniformes e calçados aos seus empregados, desde que exigido seu uso, ficando proibido o uso fora do local de trabalho.

## **RELAÇÕES SINDICAIS**

### **GARANTIAS A DIRETORES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DISPENSA REMUNERADA DO DIRIGENTE SINDICAL**

Os empregadores concederão licença remunerada ao empregado dirigente sindical, integrante da diretoria do sindicato profissional, quando este participar de encontros, conferências e simpósios, representando o sindicato, não podendo a licença superar o limite de dez dias por ano.

## **CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - RECOLHIMENTO AO SINDICATO E PREENCHIMENTO DA GUIA DE CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL/ASSISTENCIAL**

As empresas descontarão na folha de pagamento de seus empregados e recolherão ao sindicato profissional até o décimo dia do mês subsequente ao do desconto, a Contribuição Assistencial ou Negocial, Contribuição Confederativa e mensalidades que forem pelos empregados autorizadas em assembleia ou por outro ato formal próprio, dado conhecimento às empresas pelo sindicato profissional.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A Contribuição negocial será descontada do salário de cada empregado, em duas parcelas anuais, no percentual de **4%** (quatro por cento) cada uma, nos meses de **novembro/2010 e julho/2011**, cujo valor deverá ser repassado, pelas empresas, ao sindicato profissional, até 10 (dez) dias após o desconto, em guias fornecidas pelo sindicato profissional. As empresas remeterão ao sindicato profissional a relação dos funcionários constando sua

remuneração mensal, função, data de admissão e o valor descontado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O Sindicato dos Empregados no Comércio de Lages assume inteira responsabilidade por qualquer controvérsia/litígio decorrente dos referidos descontos, uma vez que o empregador figura como mero repassador.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - SUBVENÇÃO PATRONAL**

Os empregadores integrantes da categoria econômica abrangida pelo presente instrumento normativo recolherão ao sindicato profissional uma contribuição no valor de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais) por empregado existente na empresa no mês **de fevereiro de 2011**. O recolhimento deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal até o dia 15 do mês subsequente ao desconto, em guia própria fornecida pelo sindicato profissional.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**

As empresas que compõe a categoria econômica e são beneficiárias desta convenção, recolherão ao Sincodiv - SC, Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado de Santa Catarina, até o dia **30/12/2010**, o valor correspondente a **R\$ 40,00** por empregado que mantiverem em seu quadro na referida data, a título de Contribuição Assistencial Patronal, destinada a manutenção da Entidade, com fundamento no art. 513, alínea "e" da CLT, combinado com o artigo 8º. inciso IV da Constituição Federal.

**Parágrafo Único:** A referida contribuição deverá ser recolhida através de guia fornecida pelo Sincodiv-SC.

### **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ASSISTÊNCIA SINDICAL NAS RESCISÕES CONTRATUAIS**

As rescisões de contrato de trabalho de empregado com mais de seis meses de serviço na mesma empresa serão assistidas pelo sindicato profissional.

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

#### **DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - PENALIDADES**

Os empregadores que deixarem de cumprir quaisquer das cláusulas do presente instrumento normativo, incidirão em multa equivalente a 5% do piso salarial da categoria por empregado prejudicado. As multas que porventura venham a ser pagas reverterão em favor do prejudicado.

Lages-SC, 30 de novembro de 2010.

**SINDICATO DOS EMPREGADOS  
NO COMÉRCIO DE LAGES  
PEDRO ELÓI BASSIN - Presidente**

**SINDICATO DOS CONCESSIONÁRIOS E  
DISTRIBUIDORES DE VEÍCULOS NO ESTADO DE  
SANTA CATARINA  
SERGIO RIBEIRO WERNER - Presidente**

**ANEXOS**  
**ANEXO I - REGULAMENTAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCRO**

**REGULAMENTAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCRO**  
**PREVISTO NA CLÁUSULA 10 DA CCT-2010/2011**

**SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE LAGES**, CNPJ nº 82.790.312/0001-00, entidade sindical de primeiro grau, com registro sindical no Ministério do Trabalho e Emprego sob nº 126.729 de 02.12.1955, por seu presidente, Sr. PEDRO ELÓI BASSIN, CPF nº 195.092.789-04, representando a categoria profissional nos Municípios de Lages, Otacilio Costa, Correia Pinto e São Joaquim, e, de outro lado o **SINDICATO DOS CONCESSIONÁRIOS E DISTRIBUIDORES DE VEÍCULOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA**, CNPJ nº 78.492.931/0001-41, entidade sindical de primeiro grau, com registro sindical no Ministério do Trabalho e Emprego sob nº 46000.009470/98, por seu presidente, Sr. SERGIO RIBEIRO WERNER, CPF nº 351.929.339-00, representando a categoria econômica nas empresas distribuidoras de veículos automotores dos Municípios de Lages, Otacilio Costa, Correia Pinto e São Joaquim, resolvem, de comum acordo, regulamentar a cláusula 10 da CCT-2010/2011, entre os mesmos celebrada, que previu a "**DISTRIBUIÇÃO DE LUCRO**" das empresas da categoria aos seus empregados, nos seguintes termos:

- 01 - DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS.** As empresas integrantes do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado de Santa Catarina, de acordo com o que prevê o art. 7º, XI, da Constituição Federal e na forma acordada neste instrumento, procederão à distribuição de lucros aos seus empregados.
- 02 - DA DETERMINAÇÃO DO VALOR.** O montante do lucro a ser distribuído será obtido pela aplicação da alíquota de, no mínimo, **15% (quinze por cento)** do valor da Contribuição Social Sobre o Lucro, expresso na "Demonstração da Contribuição Social Sobre o Lucro", parte integrante da Declaração de Ajuste Anual do IRPJ, independentemente da efetivação do recolhimento da contribuição social expressa nas respectivas guias, correspondente ao exercício de 2010.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A empresa que tiver matriz ou filial em região não abrangida pelo SEC-LAGES procederá ao levantamento do valor referido na cláusula 2, deste, por uma das formas abaixo estabelecidas:

- a)** apuração via contabilidade gerencial, do montante de lucro que caiba ao estabelecimento (matriz ou filial) sediado na base territorial do SEC-LAGES.
- b)** proporcionalidade do faturamento bruto que, dentre todos os estabelecimentos da empresa, couber à unidade sediada na base territorial do SEC-LAGES.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Homologados os valores a serem pagos a cada empregado, pelos sindicatos patronal e profissional, mediante o fornecimento de cópia do "demonstrativo" referido na cláusula 2 - deste - e da relação dos beneficiados com os respectivos valores, não mais poderão ser impugnados por quem quer que seja.

- 03 - DO PERÍODO DE APURAÇÃO E DO PAGAMENTO.** O período de apuração do lucro corresponderá ao ano fiscal - 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2010 - e sua distribuição se fará até 30 de junho de 2011.

**04 - DOS BENEFICIÁRIOS.** Participarão da distribuição tão-somente os empregados que constarem da folha de pagamento do mês de dezembro/2010.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Todo o empregado desligado da empresa, após o período de apuração e antes da data da distribuição do lucro, se houver, deverá comparecer junto à mesma para receber o valor a que tiver direito, até 31 de julho de 2011, sob pena de reverter essa quantia aos demais empregados da empresa.

**05 - DA PRESERVAÇÃO DO SIGILO DA EMPRESA.** Tanto os empregados das empresas filiadas ao SINCODIV-SC, como o SEC-LAGES, não terão acesso a contas, dados ou informações pelas quais se apura o lucro de cada empresa, para os fins da cláusula 2, deste, ficando essa fiscalização a cargo dos órgãos do Estado com competência para tanto.

**06 - DOS CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO.** O montante do lucro apurado, para este fim, será distribuído da seguinte forma:

**a)** 50% (cinquenta por cento) proporcional ao número de meses trabalhados por cada empregado durante o período de apuração;

**b)** 50% (cinquenta por cento) proporcional à remuneração de cada empregado, tendo por base o total da folha de pagamento do mês de dezembro/2010.

**07 - DISPOSIÇÕES DE CARÁTER GERAL.** O valor da participação nos lucros - que é desvinculada da remuneração (art. 7º, XI, da Constituição Federal) - objeto deste acordo:

**a)** não integra o salário do empregado, para qualquer efeito;

**b)** não substitui ou complementa a remuneração devida a qualquer empregado;

**c)** não servirá de base à incidência de qualquer encargo trabalhista ou previdenciário;

**d)** não está sujeito a qualquer tipo de antecipação;

**e)** não havendo lucro a ser distribuído, não participarão os empregados dos prejuízos eventualmente sofridos pela empresa;

**f)** a participação nos lucros não confere aos empregados qualquer direito de participação na gestão ou forma de administração da empresa, que competirá às pessoas indicadas no contrato social ou ata de assembléia geral.

**08 - VIGÊNCIA.** O presente acordo terá validade tão-somente no período de vigência da CCT-2010/2011.

E por estarem de pleno e comum acordo quanto ao que foi neste instrumento estipulado, firmam-no, as partes acordantes.

Lages, 30 de novembro de 2010.

**SINDICATO DOS EMPREGADOS  
NO COMÉRCIO DE LAGES  
PEDRO ELÓI BASSIN - Presidente**

**SINDICATO DOS CONCESSIONÁRIOS E  
DISTRIBUIDORES DE VEÍCULOS NO  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
SERGIO RIBEIRO WERNER - Presidente**